

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.392.515 - SP (2018/0290175-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A
ADVOGADO : PAULO GUILHERME DE MENDONÇA LOPES - SP098709
AGRAVADO : GODOY & BAPTISTELLA INDUSTRIA E COMERCIO DE
PRODUTOS DE HIGIENE LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
REPR. POR : ADNAN ABDEL KADER SALEM - ADMINISTRADOR
ADVOGADOS : ROBERTO CARLOS KEPPLER E OUTRO(S) - SP068931
SIMONE ZAIZE DE OLIVEIRA - SP132830
ADNAN ABDEL KADER SALEM - SP180675

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a e c* da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 139):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Exceção de incompetência rejeitada. No caso ora sob exame, por se tratar de competência territorial, a eleição de foro pactuada entre as partes é plenamente válida. Além disso, de acordo com a Súmula 335 do STF, "é válida a cláusula de eleição de foro para os processos oriundos do contrato". Não há proibição, nos termos do art. 111, caput, do CPC/1973 (arts. 62 e 63 do CPC/2015), da cláusula contratual de eleição de foro. Recurso a que se nega provimento.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados às fls. 210/212.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação ao art. 1.022 do CPC/15, bem como a configuração de dissídio jurisprudencial. Para tanto, sustenta, em síntese, que "*o acórdão recorrido encontrava-se eivado de vício insanável, pois em sua fundamentação subjetivamente dá provimento ao recurso com o reconhecimento da validade da cláusula de eleição de foro, porém, no dispositivo nega provimento ao mesmo sob o mesmo fundamento*" (fl. 154).

É o relatório. Decido.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a*

partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Na análise dos autos, verifica-se que o colendo Tribunal de origem, não obstante provocado, deixou de sanar vício relevante, relativo à incongruência entre a fundamentação do acórdão recorrido, o qual considerou válida a eleição de foro contratual - pleito do apelante -, mas que, em seu dispositivo, negou provimento ao recurso do mesmo (fl. 141).

Cabia, assim, à parte vencida invocar, como no caso, a infringência do art. 1.022 do Código de Processo Civil, a fim de anular o v. acórdão recorrido para que seja corrigido o erro material. Confirmam-se, por oportuno, os seguintes precedentes:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. AÇÃO DE REVISÃO. OCORRÊNCIA DE OMISSÃO. VÍCIO NÃO CORRIGIDO NO JULGAMENTO DOS ACLARATÓRIOS. QUESTÃO RELATIVA AO CERNE DA CONTROVÉRSIA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC CONFIGURADA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO ESTADUAL E RETORNO DOS AUTOS À INSTÂNCIA DE ORIGEM. DECISÃO MANTIDA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O presente agravo interno foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Quando o tema suscitado nos embargos de declaração é relevante ao deslinde da controvérsia, e o Tribunal de origem não se pronuncia acerca de tal questão, imprescindível a anulação do acórdão para que outro seja proferido, ante a contrariedade ao art. 1.022 do NCPC.

3. No caso, foi constatado que há prestação jurisdicional incompleta no que concerne à ausência de representatividade de participantes e assistidos na gestão da entidade previdenciária; o que afastaria a ideia de associativismo e mutualismo, ínsitos das

entidades fechadas de previdência privada, o que, na ótica do agravado, levaria à aplicação do CDC, ao caso.

4. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação à aplicação do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

5. Agravo interno não provido, com imposição de multa."

(AgInt no AREsp 1.062.942/MG, Rel. **Ministro MOURA RIBEIRO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe de 05/09/2017)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1022 DO CPC/15. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. TRIBUNAL DE ORIGEM NÃO SE PRONUNCIOU DE MANEIRA SATISFATÓRIA SOBRE O TEMA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem não se pronunciou suficientemente acerca do tema suscitado pelo agravado nos embargos de declaração (fls. 300-303), referente ao não reconhecimento, pelo STJ, da ocorrência de sucessão universal entre o HSBC e o Banco Bamerindus. Assim, resta caracterizada a afronta ao artigo 1022 do NCPC/15.

2. A Jurisprudência desta Corte Superior possui entendimento no sentido de não reconhecer a ocorrência de sucessão universal entre o HSBC e o Banco Bamerindus, uma vez que a titularidade dos passivos deve ser efetivada em cada caso concreto. Precedentes desta Corte.

3. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 1.044.406/RJ, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe de 05/05/2017)

Dessa forma, está caracterizada a alegada ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, em razão da omissão da colenda Corte de origem em se pronunciar sobre o alegado erro material.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, anulando o acórdão proferido em sede de embargos declaratórios e determinando seja outro proferido e, assim, corrigido o erro material aqui verificado.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator